



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

C N R H
TEXTOS PARA DISCUSSÃO
Nº 14/82

Aspectos da Distribuição
da Renda no Brasil: 1960-
1980

José Carlos P. Peliano

outubro de 1982

Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil: 1960-1980

1. Distribuição da Renda Pessoal Total

Acompanhando a tendência da década passada, a renda pessoal do trabalho - renda monetária proveniente da ocupação principal das pessoas economicamente ativas (PEA) - continuou a ser desigualmente distribuída através dos anos setenta, isto é, os ganhos monetários propiciados pelo crescimento econômico foram apropriados proporcionalmente mais por alguns poucos indivíduos em relação à maioria da população. O aumento progressivo dos percentuais da razão de concentração de Gini atesta claramente este fato nos três momentos considerados: 1960, 1970 e 1980 (Tabela 1).

Tabela 1

Distribuição da Renda Pessoal: Brasil 1960-1980

Anos	Participação na Renda Pessoal (%)		
	1960	1970	1980
Decis da PEA ^a (%)			
- 10	1,53	1,25	1,10
- 40	14,49	13,66	13,27
+ 40	43,03	38,41	37,79
+ 10	40,95	46,68	47,84
TOTAL	100,0	100,0	100,0
Gini: Limite Inferior	0,518	0,562	0,573
Limite Superior	0,535	0,571	0,591

FONTE: FIBGE (dados originais), CNRH/IPLAN (dados elaborados).

NOTAS: a - Exclusive pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

Ao longo das duas décadas, dos sessenta e dos setenta, os primeiros decís ou estratos inferiores persistiram absorvendo parcelas da renda total menores que aquelas dos demais estratos, notadamente em relação aos extremos das distribuições. Isto significa que os últimos decís ou estratos superiores vieram se enriquecendo progressivamente mais que os demais estratos na medida que os acréscimos havidos nas rendas pessoais do trabalho nos últimos vinte anos beneficiaram menos aos estratos inferiores.

De fato os aumentos nas rendas médias reais foram mais expressivos para o estrato superior (tabela 2). Muito embora todos os estratos tenham melhorado de situação por todo o período a ponto de atingirem na última década níveis de aumento próximos ao registrado para o estrato superior, o fato é que este conseguiu se apropriar muito mais dos ganhos de renda ocorridos nas duas décadas - o aumento de sua renda superou em cerca de 1 vez e meia o aumento nas rendas dos estratos médios (superior e inferior) e em cerca de 3 vezes o aumento na renda do estrato inferior.

Tabela 2

Rendas Médias da PEA por Decis: Brasil 1960-1980

Anos Decis da PEA (%) ^b	Rendas Médias Reais ^a					
	1960 (Cr\$)	1970 (Cr\$)	1980 (Cr\$)	70/60 (Δ %)	80/70 (Δ %)	80/60 (Δ %)
- 10	841	949	1.310	12,8	38,0	55,8
- 40	1.991	2.593	3.951	30,2	52,4	98,4
+ 40	5.912	7.291	11.252	23,3	54,3	90,3
+ 10	22.506	35.444	56.977	57,5	60,8	153,2

Fonte: FIBGE (dados originais); CNRH/IPLAN (dados elaborados)

Notas: a - Valores de setembro de 1980 (inflator: IGP-DI)

b - Excluíve pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

A questão das variações nas rendas reais entre os estratos pode ainda ser vista de outro ângulo (tabela 3)¹.

Tabela 3

Perdas e Ganhos^a nas Rendas Reais: Brasil 1960-1980
(Decis da PEA)

Períodos Decis da PEA ^d (%)	Variações ^b das Rendas Reais ^c (%)		
	70/60	80/70	80/60
- 10	- 66,3	- 45,4	- 52,2
- 40	- 20,8	- 13,1	- 15,6
+ 40	- 38,9	- 14,7	- 22,6
+ 10	+ 50,7	+ 21,8	+ 31,2

Fonte: Tabela 2

Notas: a - metodologia: ver nota de rodapé 1

b - Valores observados > valores projetados significam ganhos líquidos de renda (sinal(+)) e valores observa-dos < valores projetados significam perdas líquidas de renda (sinal (-)).

c - Inflator: IGP - DI.

d - Exclusive pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

Os dados acima sugerem que se a mesma estrutura das rendas relativas observada em 1960 tivesse permanecido ao longo do tempo, os resultados de 1970 e de 1980 não teriam sido tão adver-sos pois que regressivos (a repartição das rendas favoreceu menos aos

1 - Aí se resumem três procedimentos:

a - as rendas reais para 1970 e 1980 foram projetadas caso a mesma relação das médias relativas de 1960 se mantivesse;

b - foram obtidos os diferenciais absolutos entre as rendas observadas e projetadas;

c - foram calculadas as relações entre os diferenciais especifi-cando os valores que ultrapassaram (+) ou não (-) os valores projetados.

estratos mais pobres). Na realidade, ao tomar a distribuição da renda de 1960 como base, os resultados encontrados para as duas últimas décadas indicam que houve não só uma pronunciada alteração na estrutura das rendas relativas como também uma marcante modificação nos ganhos reais de renda. Ambos os fatores contribuíram diretamente para a tendência observada de concentração dos rendimentos pessoais do trabalho.

A distribuição da renda nos últimos 20 anos, portanto, aponta para uma gradativa perda de posição dos estratos inferiores e médios em comparação ao estrato superior. Essa performance se deve não só à perda na participação da renda daqueles estratos (tabela 1), como também aos ganhos diferenciados das rendas reais (tabela 2) e finalmente, ao balanço líquido dos ganhos e perdas nas rendas reais (tabela 3) - alteração na estrutura das rendas relativas. Em outras palavras, a desigualdade das rendas no período 1960-1980 deveu-se muito mais aos ganhos de renda que os estratos inferior e médio deixaram de obter, pois que apropriados pelo estrato superior (tabela 3), do que aos ganhos de renda realmente obtidos (tabela 2); tais movimentos redundaram na evolução regressiva das participações na renda conforme tabela 1.

A evolução da desigualdade das rendas, no entanto, aponta características qualitativamente distintas entre as duas décadas. Nos anos sessenta, o aumento da desigualdade parece ter se localizado muito mais entre as camadas média e superior da distribuição; os ganhos de participação na renda total do estrato superior (+10%) provocaram perdas de participação dos estratos médios (notadamente dos + 40%) mais acentuados que do estrato inferior (-10%). Nos anos setenta, o aumento da desigualdade parece ter se localizado ao longo de toda a distribuição, muito embora se pronuncie o distanciamento entre as participações dos extremos decílicos dado que os estratos médios praticamente mantêm suas posições relativas.

As informações disponíveis sugerem, portanto, que nas duas últimas décadas ocorreram transformações na distribuição das rendas de tal sorte que expressaram de um lado alterações nas posições relativas dos estratos de renda e de outro lado o alargamento dos limites da desigualdade absoluta.

Quanto às alterações nas posições relativas dos estratos de renda tudo indica que na década dos sessenta se desenvolveu um processo de transferência de rendas dos estratos médios para o estrato superior, enquanto na década dos setenta ocorreu um processo de transferência de rendas de todos os estratos para o estrato superior. Assim, na primeira década as pessoas da classe média foram as que ficaram relativamente mais pobres, na segunda década se juntaram àquelas as pessoas da classe inferior para se tornarem as que ficaram relativamente mais pobres, enquanto nas duas décadas as pessoas da classe superior foram as que ficaram cada vez mais ricas.

Quanto ao alargamento dos limites da desigualdade absoluta destaca-se o distanciamento progressivo entre ricos e pobres. De um lado, enquanto os mais pobres (-10%) se apropriam de apenas algo em torno de 1% da renda, os mais ricos (+10%) se aproximam gradativamente da apropriação de 50% da renda. De outro lado, é grande o contingente de pessoas cuja renda média se situa em torno dos limites monetários da pobreza (tabela 4). Nas duas décadas, pelo menos metade das pessoas ocupadas - cerca de 9 milhões em 1960, 13 milhões em 1970 e 20 milhões em 1980 - não conseguiram auferir rendas do trabalho superiores, em média, aos valores vigentes do salário-mínimo. Na realidade, estes contingentes são bem mais expressivos ao se levar em conta o fato de que os valores do salário-mínimo não acompanharam os índices de inflação nos períodos considerados (assim, aumentos salariais/aumentos inflacionários: 70/60 = 57%; 80/70 = 88%; 80/60 = 50%).

Tabela 4
Rendas Médias em Salários^a da PEA: Brasil 1960-1980

Decis da PEA ^b (%)	Anos	Rendas Médias/Salários		
		1960	1970	1980
- 10		0,10	0,20	0,32
- 40		0,24	0,56	0,95
+ 40		0,71	1,6	2,7
+ 10		2,7	7,6	13,7
TOTAL		0,66	1,6	2,9

FONTE: FIBGE (dados originais); CNRH/IPLAN (dados elaborados)

NOTA : a - Maior salário-mínimo vigente: 1960 (Cr\$ 9,60), 1970 (Cr\$ 187,20), 1980 (Cr\$ 4.149,60).

b - Exclusive pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

2. Distribuição da Renda Pessoal por Setores de Atividades

O comportamento dos três grandes setores de atividade nas últimas décadas acentua e aprofunda as transformações econômicas clássicas pelas quais passa a sociedade brasileira, quais sejam a gradativa perda de dinamismo das atividades agrícolas e a conseqüente expansão das atividades não - agrícolas. O setor primário persiste cedendo considerável contingente de trabalhadores para os setores secundário e terciário e registrando declínio na participação da renda setorial. Estes dois últimos setores tipicamente urbanos da economia, por seu turno, absorvem a mão-de-obra rural migrante, remuneram-na diferenciadamente e aumentam suas respectivas participações na renda setorial (tabela 5).

Tabela 5

Distribuição da População Economicamente Ativa^a e da Renda Setorial: Brasil 1960-1980

Anos \ Setores	1960		1970		1980	
	PEA	Renda	PEA	Renda	PEA	Renda
Primário	45,0	24,5	39,7	18,6	26,9	14,7
Secundário	17,1	23,1	20,0	26,4	26,3	28,5
Terciário	37,9	52,4	40,3	55,0	46,8	56,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE (dados originais); CNRH/IPLAN (dados elaborados).

NOTAS: a - Exclui pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

Embora estas transformações sejam historicamente esperadas diante da crescente industrialização e da intensa urbanização, as modificações setoriais observadas com relação a repartição da mão-de-obra foram, no entanto, bastante pronunciadas: excessiva evasão da mão-de-obra rural (o percentual de 1980 é quase a metade daquele em 1960); significativa absorção de mão-de-obra pelo setor industrial (o percentual de 1980 tem um acréscimo de cerca da metade da participação em 1960) e, finalmente, terciarização da economia (o setor terciário absorve quase a metade de toda a PEA em 1980).

Os caminhos setoriais percorridos pela mão-de-obra foram marcados por mudanças igualmente ponderáveis na distribuição da renda, as quais refletem a evolução da divisão urbana - rural do trabalho. A urbanização acompanha a industrialização e a terciarização dos negócios, enquanto a desruralização reforça o caráter urbano das atividades econômicas. Se em

1960 o setor agrícola detinha cerca da metade da população ativa e 1/4 da renda total, em 1980 apenas 1/4 da população ativa absorve cerca de 1/7 da renda total, ou seja, em vinte anos ocorreu uma queda de quase a metade nas participações rurais da população e da renda respectivamente.

Sob o ângulo especificamente urbano, enquanto em 1960 a participação da indústria na renda total era menor do que a da agricultura, a situação se inverte em 1980 a tal ponto que a indústria passa a captar o dobro da parcela agrícola. De outro lado, o setor terciário mantém nas duas décadas a primazia na retenção da renda setorial aumentando progressivamente sua participação.

Diante das transformações processadas a economia urbano-rural via se reestruturando ao longo das duas décadas até apresentar uma distribuição de renda bastante "simétrica" à repartição dos trabalhadores entre os setores de atividade. Em outras palavras, nos últimos vinte anos os trabalhadores foram se acomodando às atividades urbano-rurais e sendo por elas remuneradas de maneira a gerar e tornar mais equilibradas e equitativas as proporções pelas quais as parcelas setoriais de renda foram apropriadas pelas parcelas populacionais respectivas. Assim, a distribuição inter-setorial da renda vai se tornando menos desigual.

Esta "simetria" entre as proporções de população e renda, entretanto, encobre dois comportamentos significativos. Um é a performance do setor secundário que suplantou o terciário no seu ritmo de absorção de mão-de-obra e de apropriação de renda (tabela 5); estes resultados ressaltam a capacidade que o setor secundário teve em absorver e remunerar grande parcela da população trabalhadora apesar das técnicas de produção modernas e intensivas em capital. Outro é a relevância do setor terciário na retenção da maior parcela da mão-de-obra total compo

vando a tendência mundial do predomínio da economia administrativa e de serviços sobre a economia de transformação e elaboração de bens.

Da participação setorial na renda ao perfil das rendas médias setoriais (tabela 6) ficam evidenciados aspectos adicionais para a análise da distribuição da renda entre os setores econômicos.

Tabela 6

Rendas Médias da PEA por Setores de Atividades: Brasil 1960-1980

Setores ^b	Rendas Médias Reais ^a						
	Anos	1960 (Cr\$)	1970 (Cr\$)	1980 (Cr\$)	70/60 (Δ %)	80/70 (Δ %)	80/60 (Δ %)
Primário		2.982	3.557	6.509	19,3	83,0	118,3
Secundário		7.447	10.022	12.910	34,6	28,8	73,4
Terciário		7.612	10.363	14.459	36,1	39,5	89,9
TOTAL		5.496	7.593	11.910	38,2	56,8	116,7

FONTE: FIBGE (dados originais); CNRH/IPLAN (dados elaborados)

NOTAS: a - Valores de setembro de 1980 (inflator: IGP-DI).

b - Exclusive pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

Primeiro, a hierarquia das rendas médias das pessoas economicamente ativas nos grandes setores econômicos indica a superação do primário pelo secundário e estes pelo terciário ao longo dos vinte últimos anos. Fato este que, se não chega a surpreender pelo menos se justifica, de um lado, pela inclusão no terciário dos serviços financeiros, bancários e afins, da administração pública (notadamente autarquias e fundações) e ati

vidades sociais (públicas e privadas) reconhecidamente detentores de boas folhas salariais e remunerações; de outro lado, pela existência no secundário de atividades com folhas salariais menos favoráveis tais como parcelas consideráveis da construção civil, têxtil, couro, vestuário, alimentícias, madeira e móveis e, finalmente, pela inclusão no primário das atividades de auto-consumo (subsistência), sazonais e eventuais, pouco monetizadas e remuneradas.

Segundo, a relativamente segura e estável performance dos setores não-agrícolas nas duas décadas, ao apresentarem incrementos em suas rendas médias em torno de níveis semelhantes - ambas as rendas se expandiram em torno da terça parte dos valores respectivos dos períodos anteriores.

Terceiro, a surpreendente performance do setor agrícola na última década (setenta) ao registrar aumento da renda real superior à média setorial. A razão mais evidente e imediata é a de que a liberação da mão-de-obra agrícola superou em muito a queda na participação na renda (tabela 5), o que resultou, por suposto, na elevação da renda média do setor.

As observações acima podem ser confirmadas e reforçadas pelas informações da tabela 7 abaixo, a qual mostra as perdas e os ganhos setoriais nas duas décadas a partir da estrutura das rendas relativas verificada no começo do período (1960).

Tabela 7
Perdas e Ganhos^a nas Rendas Reais: Brasil 1960-1980
(Setores Econômicos)

Setores ^d	Períodos	Variações ^b das Rendas Reais ^c (%)		
		70/60	80/70	80/60
Primário		- 50,1	+ 25,6	+ 0,7
Secundário		- 8,4	- 50,5	- 36,8
Terciário		- 4,7	- 31,4	- 22,7

FONTE: Tabela 6

a - metodologia: ver nota de rodapé 1

NOTAS: b - Valores observados > Valores Projetados significam ganhos líquidos de renda (sinal +); Valores observados < Valores Projetados significam perdas líquidas de renda (sinal -).

c - Inflator: IGP-DI.

d - Exclui pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

3. Distribuição da Renda: Brasil e Exterior

As informações sobre a distribuição da renda no Brasil podem ser avaliadas em termos comparativos com aquelas de outros países na medida que retratem aproximadamente as situações sociais respectivas. Embora avaliações desta natureza esbarrem em limitações metodológicas diversas, estas não são, no entanto, insanáveis e permitem acompanhar razoavelmente as tendências mais marcantes que estatisticamente se manifestam. A tabela abaixo, portanto, apresenta as distribuições de renda de 9 países mais o Brasil, representadas por decis selecionados, divididos em 3 grupos: países pobres (rendas baixas), países remediados (rendas médias) e países ricos (rendas altas).

Tabela 8

Distribuição de Renda entre Países Selecionados

PAÍSES (ANOS) ESTRATOS (%)	BRASIL (70;80)	PAÍSES POBRES			PAÍSES REMEDIADOS			PAÍSES RICOS		
		Índia (75-76)	Indo- nésia (76)	Nepal (76-77)	Iugos- lávia (78)	México (77)	Coréia (76)	Inglá- terra (77-78)	Noruega	EUA (72)
- 60	21,0;20,0	30,1	27,0	24,3	37,4	21,9	32,3	36,1	39,9	32,5
+ 10	46,7;47,8	33,6	34,0	46,5	22,9	40,6	27,5	23,3	22,5	26,6
+10/-60	2,22;2,39	1,12	1,26	1,91	0,61	1,85	0,85	0,65	0,56	0,82

FONTE: World Development Report 1981, World Bank e FIBGE.

A comparação das distribuições de renda entre os países escolhidos de forma alguma favorece a imagem do Brasil. De um lado pelo menos a Índia e a Indonésia entre os países pobres e de outro lado todos os demais países, à exceção talvez do México, estão consideravelmente em melhores condições de igualdade na repartição das rendas que o Brasil. Na verdade o Brasil parece se colocar perto do Nepal, do qual se aproxima bastante, e do México, apenas entre os 60% mais pobres, no que se refere aos parâmetros da desigualdade de rendas. O Brasil está entre aqueles países que apresentam as situações de renda mais desfavoráveis.

4. Observações Finais

Dadas as considerações anteriores sobre a distribuição da renda no Brasil, total e setorial, é possível recuperar os principais pontos da análise e formalizar algumas conclusões acerca da situação social nos últimos vinte anos.

4.1 - Persiste o aumento na desigualdade relativa das rendas nos anos setenta acentuando a mesma tendência dos anos sessenta.

4.2 - Ocorre um afunilamento na distribuição da renda de tal sorte que os estratos inferior e médio perdem participação nos ganhos de renda face ao aumento de participação do estrato superior através da considerável ampliação de seus ganhos.

O gradativo achatamento dos ganhos de renda dos demais estratos face aos pronunciados ganhos de renda do estrato superior sugere estar ocorrendo um relativo aumento dos grupos mais pobres - talvez até uma redução dos grupos da classe média a favor de uma ampliação dos grupos das classes mais pobres.

4.3 - A apropriação setorial da renda permanece favorecendo mais ao terciário, a seguir ao secundário e por fim ao primário tanto nas participações quanto nas rendas relativas.

Dado o caráter pronunciado e crescentemente urbano da evolução econômica das últimas décadas, chega-se à conclusão que a ampliação relativa dos grupos das classes mais pobres está particularmente ligada aos rumos tomados pelos processos de terciarização e de industrialização nas cidades e metrópoles brasileiras.

4.4 - A distribuição das rendas dos brasileiros se situa entre as mais concentradas e desfavoráveis do mundo tanto na esfera capitalista quanto na socialista.

4.1 - Persiste o aumento na desigualdade relativa das rendas nos anos setenta acentuando a mesma tendência dos anos sessenta.

4.2 - Ocorre um afunilamento na distribuição da renda de tal sorte que os estratos inferior e médio perdem participação nos ganhos de renda face ao aumento de participação do estrato superior através da considerável ampliação de seus ganhos.

O gradativo achatamento dos ganhos de renda dos demais estratos face aos pronunciados ganhos de renda do estrato superior sugere estar ocorrendo um relativo aumento dos grupos mais pobres - talvez até uma redução dos grupos da classe média a favor de uma ampliação dos grupos das classes mais pobres.

4.3 - A apropriação setorial da renda permanece favorecendo mais ao terciário, a seguir ao secundário e por fim ao primário tanto nas participações quanto nas rendas relativas.

Dado o caráter pronunciado e crescentemente urbano da evolução econômica das últimas décadas, chega-se à conclusão que a ampliação relativa dos grupos das classes mais pobres está particularmente ligada aos rumos tomados pelos processos de terciarização e de industrialização nas cidades e metrópoles brasileiras.

4.4 - A distribuição das rendas dos brasileiros se situa entre as mais concentradas e desfavoráveis do mundo tanto na esfera capitalista quanto na socialista.